

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.679.282 - ES (2017/0143158-0)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
RECORRENTE : **FEDERAL DE SEGUROS S/A EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL**
ADVOGADO : **FELIPE CASTRO LOPES - ES024924**
RECORRIDO : **TACILDA FERREIRA BEDAS**
ADVOGADOS : **ANTONIO JOSE PEREIRA DE SOUZA - ES006639**
 VALÉRIA DALBÓ - ES021302

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por **FEDERAL DE SEGUROS S/A EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL** com fundamento no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo assim ementado:

"PROCESSO CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL. SUSPENSÃO DAS EXECUÇÕES. LEVANTAMENTO DE PENHORA. NÃO CABIMENTO. ARTIGO 18 DA LEI 6.024/1974. PRECEDENTE STJ. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

- 1. Os efeitos da liquidação extrajudicial estão arrolados no artigo 18 da Lei 6.024/1974, entre eles a suspensão das execuções contra a entidade liquidante.*
- 2. A Corte da Cidadania decidiu que a suspensão das ações em curso, quando da decretação da liquidação extrajudicial não importa em levantamento das constrições já realizadas.*
- 3. Ademais, as penhoras realizadas nos autos não contemplam somente quantias relativas à pessoa jurídica em liquidação extrajudicial, mas também de seus sócios, por força da desconsideração da personalidade jurídica, nos autos do agravo de instrumento n. 0000592- 10.2014.8.08.0049.*
- 4. Recurso conhecido e desprovido" (e-STJ fl. 86).*

Nas razões do especial, a recorrente alegou violação dos arts. 74, § 3º, do Decreto-Lei n. 60.459/67 e 98, § 3º, do Decreto-Lei n. 76/66.

Sustentou, em síntese, que decretação de sua liquidação extrajudicial enseja o levantamento de todos os atos constitutivos praticados em face da massa liquidanda. Alegou, ainda, que a constrição de valores dificulta o trabalho da administradora e viola a ordem de preferência dos credores. Por fim, reiterou a necessidade de liberação dos valores para a correta apuração do ativo.

Com fulcro nos argumentos expostos, pleiteou o provimento do recurso.

É o relatório.

DECIDO.

A irresignação não merece prosperar.

Preliminarmente, importante consignar que o acórdão impugnado pelo recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

Superior Tribunal de Justiça

No mérito, os magistrados de origem não acolheram as razões da agravante com base nos seguintes fundamentos:

"Analisando detidamente os autos, não verifico a presença de elementos capazes de desconstituir o entendimento anteriormente esposado.

Isso porque, como bem apontado pelo decisum liminar, a liquidação extrajudicial da pessoa jurídica importa em suspensão das ações em curso, mas não o levantamento das constrições já realizadas" (e-STJ fl. 90).

Com efeito, o acórdão recorrido decidiu em perfeita sintonia com a jurisprudência do STJ, firmada no sentido de que a suspensão da execução em virtude da decretação de liquidação extrajudicial não acarreta, necessariamente, o levantamento de valores objetos de penhora.

Nesse sentido:

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. 1. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. 2. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. DEVEDORA EM PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL. PENHORA REALIZADA ANTES DO DECRETO. LEVANTAMENTO. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. PRECEDENTE. 3. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. Verifica-se que o Tribunal de origem analisou todas as questões relevantes para a solução da lide, de forma fundamentada, não havendo se falar em negativa de prestação jurisdicional.

2. A suspensão da execução decretada nos termos do art. 18, a, da Lei n. 6.024/1974, não tem como consequência lógica a desconstituição da penhora já perfectibilizada. Precedente do STJ.

3. Agravo interno desprovido" (AgInt no AREsp 1294374/DF, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, DJe 24/08/2018).

"DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL DE OPERADORA DE PLANO PRIVADO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE. SUSPENSÃO DAS EXECUÇÕES EM CURSO. SUBSISTÊNCIA DAS PENHORAS. DISPOSITIVOS LEGAIS INAPTOS PARA AMPARAR A TESE RECURSAL. SÚMULA 284/STF.

1.- Os artigos 24-D, da Lei 9.656/98; 18, "a", da Lei 6.024/74;

39, 70 e 102 do Decreto-lei 7.661/45 não são suficientes para amparar a tese recursal de que a suspensão das execuções em curso determinada em razão da decretação de liquidação extrajudicial implica, também, o levantamento das penhoras já realizadas.

2.- O conteúdo normativo dos dispositivos legais apontados como violados não é suficiente para respaldar a tese recursal defendida, o que atrai a incidência, por analogia, da Súmula 284/STF.

3.- A subsistência da penhora não afeta o tratamento igualitário dos credores.

4.- Recurso Especial a que se nega provimento" (REsp 1159521/SP, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, DJe 14/04/2014).

Nesse cenário, respeitados os limites fáticos do acórdão, incide a inteligência da Súmula nº 568 do Superior Tribunal de Justiça.

Superior Tribunal de Justiça

Ante o exposto, nego provimento ao recurso especial.

Em observância ao art. 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015, deixo de majorar os honorários advocatícios, haja vista que, na origem, não foram estipulados.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília-DF, 03 de outubro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA

Relator

